

Demonstrações Financeiras

TUPER S.A.

31 de dezembro de 2014
com o relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

TUPER S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
TUPER S.A.
São Bento do Sul, SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TUPER S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para conclusão com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa 14, a Companhia mantém escritura de debêntures, o qual contém cláusulas de compromissos (“covenants”) sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“debt covenants”), e que são aferidos periodicamente. Em 31 de dezembro de 2014, alguns dos “covenants” não foram atendidos. De acordo com a escritura, o saldo das debêntures poderia ser requerido a ser pago de imediato. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinam que tais dívidas, nestas circunstâncias, sejam reclassificadas do passivo não circulante para o circulante. A Companhia optou por não proceder a tal reclassificação, conforme mencionado na nota explicativa nº14 e, desta forma, em 31 de dezembro de 2014, o passivo circulante estava subavaliado e o passivo não circulante estava superavaliado em R\$100.789 mil.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pela não reclassificação do saldo das debêntures, no valor de R\$100.789 mil do passivo não circulante para o passivo circulante, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TUPER S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Blumenau (SC), 27 de março de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC SP-015.199/O-6 S-SC



Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC- 1-SP 132.776/O-3-T-SC



Luis Carlos de Souza
Contador CRC-1-SC 021.585/O-4

TUPER S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.674	43.629	38.166	48.988
Contas a receber	6	167.925	191.520	179.334	207.304
Estoques	7	143.226	165.231	147.889	173.521
Impostos a recuperar	8	60.610	46.947	62.348	48.521
Créditos com partes relacionadas	17.b	21.189	13.795	21.189	13.795
Dividendos a receber	9	16.247	22.393	-	-
Outros créditos		2.340	5.026	2.452	5.817
Despesas antecipadas		2.814	2.246	2.834	2.273
Total ativo circulante		450.025	490.787	454.212	500.219
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	17.497	13.783	17.497	13.783
Impostos a recuperar	8	9.635	7.956	9.638	7.960
Impostos diferidos	22.b	-	-	817	852
Depósitos judiciais	16	6.251	6.426	6.302	6.468
Créditos com partes relacionadas	17.b	96.389	91.550	93.989	83.500
Outros créditos		1.675	1.724	1.677	1.723
		131.447	121.439	129.920	114.286
Investimentos em controladas	9	812	612	-	-
Propriedade para investimentos	10	5.642	3.297	5.820	3.297
Outros investimentos		37	37	37	37
Imobilizado	11	477.260	471.386	478.807	473.596
Intangível	12	161.715	160.444	161.727	160.481
		645.466	635.776	646.391	637.411
Total ativo não circulante		776.913	757.215	776.311	751.697
Total do ativo		1.226.938	1.248.002	1.230.523	1.251.916

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	13	199.717	216.620	200.469	217.537
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	260.519	151.156	260.519	151.156
Obrigações sociais		17.846	16.988	18.839	18.077
Obrigações tributárias		2.575	2.873	4.214	4.954
Parcelamento tributário	15	7.038	6.991	7.120	7.072
Outras obrigações		12.198	9.896	13.659	10.991
Total passivo circulante		499.893	404.524	504.820	409.787
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	263.811	361.288	263.811	361.288
Parcelamento tributário	15	58.277	65.301	58.339	65.450
Impostos diferidos	22.b	4.182	16.522	4.182	16.522
Provisão para contingências	16	5.183	5.743	5.238	5.796
Passivo a descoberto de controlada	9	1.459	1.550	-	-
Outras obrigações		16	30	16	29
Total passivo não circulante		332.928	450.434	331.586	449.085
Total do passivo		832.821	854.958	836.406	858.872
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	150.000	100.811	150.000	100.811
Reserva de capital	18.b	126.414	126.414	126.414	126.414
Reserva legal	18.c	10.049	9.979	10.049	9.979
Reservas de lucros retidos	18.d	57.791	103.485	57.791	103.485
Ajustes de avaliação patrimonial	18.e	49.863	52.355	49.863	52.355
Total do patrimônio líquido		394.117	393.044	394.117	393.044
Total do passivo e patrimônio líquido		1.226.938	1.248.002	1.230.523	1.251.916

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

TUPER S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	19	1.036.997	1.100.249	1.139.237	1.172.555
Custos dos produtos/serviços vendidos	20	(872.883)	(903.639)	(904.951)	(906.137)
Lucro bruto		164.114	196.610	234.286	266.418
Despesas com vendas	20	(113.087)	(108.871)	(138.631)	(136.887)
Despesas gerais e administrativas	20	(42.199)	(40.044)	(43.432)	(41.874)
Outras receitas e despesas		14.017	(4.538)	12.936	(4.847)
Equivalência patrimonial	9	38.380	35.670	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		61.225	78.827	65.159	82.810
Receitas financeiras	21	71.898	70.509	74.512	72.851
Despesas financeiras	21	(144.056)	(141.137)	(145.766)	(142.861)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(10.933)	8.199	(6.095)	12.800
Imposto de renda e contribuição social corrente	22.a	-	-	(4.804)	(5.433)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.a	12.340	8.207	12.306	9.039
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.407	16.406	1.407	16.406
Lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído - em reais	24	6,01	70,08	6,01	70,08

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

TUPER S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.407	16.406	1.407	16.406
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	1.407	16.406	1.407	16.406

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

TUPER S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros retidos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2013	100.811	126.414	9.159	93.296	55.605	-	385.285
Dividendos pagos de períodos anteriores (nota 18.f)	-	-	-	(4.751)	-	-	(4.751)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	16.406	16.406
Reserva legal (nota 18.c)	-	-	820	-	-	(820)	-
Dividendos propostos (nota 18.f)	-	-	-	-	-	(3.896)	(3.896)
Realização do custo atribuído, líquido de impostos (nota 18.e)	-	-	-	-	(3.250)	3.250	-
Constituição de Reservas	-	-	-	14.940	-	(14.940)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	100.811	126.414	9.979	103.485	52.355	-	393.044
Aumento de Capital Social (nota 18.a)	49.189	-	-	(49.189)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.407	1.407
Reserva legal (nota 18.c)	-	-	70	-	-	(70)	-
Dividendos propostos (nota 18.f)	-	-	-	-	-	(334)	(334)
Realização do custo atribuído, líquido de impostos (nota 18.e)	-	-	-	-	(2.492)	2.492	-
Constituição de reservas	-	-	-	3.495	-	(3.495)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	150.000	126.414	10.049	57.791	49.863	-	394.117

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

TUPER S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	(10.933)	8.199	(6.095)	12.800
Ajuste de itens sem desembolso de caixa:				
Depreciações e amortizações	26.802	25.490	27.151	25.869
Equivalência patrimonial	(38.380)	(35.670)	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	(1.683)	(1.079)	(1.683)	(1.079)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos	76.518	61.534	76.518	61.534
Provisão para contingências	(560)	(771)	(558)	(832)
Provisão para perdas (contas a receber e estoques)	5.281	4.847	5.574	5.546
Baixas do ativo permanente	270	290	810	368
Ajustes de capital de giro:				
Redução/(aumento) das contas a receber	18.706	(16.526)	22.788	(22.374)
Redução/(aumento) dos estoques	21.612	(44.862)	25.240	(42.708)
Redução/(aumento) dos impostos a recuperar	(15.342)	(3.653)	(15.505)	(3.776)
Redução/(aumento) de outros ativos	2.342	(4.916)	3.016	(3.007)
Aumento/(redução) de fornecedores	(16.903)	107.321	(17.068)	110.250
Aumento/(redução) de obrigações sociais	858	2.490	762	2.618
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	(7.275)	(2.240)	(7.803)	(1.427)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.804)	(5.433)
Aumento/(redução) de outros passivos	3.022	(4.540)	3.389	(4.967)
Fluxo de caixa originado de atividades operacionais	64.335	95.914	111.732	133.382
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos	44.234	31.890	-	-
Redução/(aumento) partes relacionadas	(12.233)	(11.358)	(17.884)	(13.839)
Aquisição de investimentos	-	(4)	(178)	(4)
Aquisição de imobilizado	(31.453)	(37.758)	(31.654)	(38.036)
Aquisição de intangível	(5.109)	(3.272)	(5.109)	(3.275)
Aplicações financeiras	(2.031)	-	(2.031)	-
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento	(6.592)	(20.502)	(56.856)	(55.154)
Atividades de financiamento				
Captção de empréstimos e financiamentos	332.008	606.645	332.008	606.645
Amortização de empréstimos e financiamentos	(337.896)	(616.446)	(337.896)	(616.446)
Pagamento de juros sobre emprést. e financiamentos	(58.744)	(57.819)	(58.744)	(57.819)
Pagamento de dividendos	(1.066)	(4.751)	(1.066)	(4.751)
Fluxo de caixa aplicado em atividades de financiamento	(65.698)	(72.371)	(65.698)	(72.371)
Variação líquida do caixa e valores equivalentes	(7.955)	3.041	(10.822)	5.857
Caixa e valores equivalentes no início do período	43.629	40.588	48.988	43.131
Caixa e valores equivalentes no fim do período	35.674	43.629	38.166	48.988

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

Fundada em 1972, a TUPER S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede social em São Bento do Sul, Santa Catarina, Brasil. A TUPER S.A. controla 9 subsidiárias integrais, doravante coletivamente denominadas “TUPER” ou “Grupo”.

Com capacidade para processar 550 mil toneladas de aço por ano, a TUPER atua em diferentes setores estratégicos da economia, sendo eles: construção civil, automotivo, óleo e gás, infraestrutura e industrial. Figura entre as 500 maiores empresas do Brasil e é a quinta maior processadora de aço do país, de acordo com o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (INDA).

Instalada em Santa Catarina, a TUPER emprega cerca de 2,5 mil profissionais e conta com 24 pontos de distribuição em todo o território nacional. Além da atuação fabril na área siderúrgica, mantém a TUPER Comercial - que disponibiliza uma ampla linha de produtos siderúrgicos além dos fabricados pela própria empresa - e uma unidade de plásticos, que produz peças técnicas.

Atenta às oportunidades e demandas de mercado, a empresa contribui de forma significativa para impulsionar o setor do aço. As áreas de Engenharia e Pesquisa e Desenvolvimento contam com a parceria de centros de pesquisas, universidades nacionais e internacionais, entidades representativas e empresas líderes mundiais em tecnologia.

Entre os exemplos estão a parceria com a FEV GmbH, renomada empresa de engenharia alemã que atua no desenvolvimento de soluções para o mercado automotivo. No setor de construção civil, um convênio de cooperação científica com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) possibilita pesquisas focadas em novas tecnologias na linha de estruturas metálicas tubulares. Além disso, a TUPER integra ainda o Comitê de Petróleo e Gás da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).

Em janeiro de 2015, a empresa ingressou em um novo nicho de mercado – saúde e odontologia – com o lançamento do Sistema Higienizador para Escova Dental Buccal Protect, produzido por sua unidade TUPER Plásticos.

Foco de atuação e portfólio de produtos

Sistemas construtivos - A TUPER desenvolve soluções estruturais e arquitetônicas em aço para atender as mais variadas necessidades e exigências do setor da construção civil. Em seu portfólio de produtos estão tubos estruturais pretos e galvanizados em aço carbono, tubos de condução pretos e galvanizados, perfis estruturais perfilados e dobrados, eletrodutos, andaimes (dos tipos fachadeiro, multidirecional e multiuso), escoras metálicas, lajes mistas nervuradas, chapas de aço e sistemas de coberturas metálicas (tradicionais, decorativas e termoacústicas, com ampla variedade de acabamentos).

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais – Continuação

Foco de atuação e portfólio de produtos – Continuação

Automotivo - Para o setor automotivo, a TUPER fabrica peças, componentes tubulares e tubos trefilados com corte a laser, tratamento térmico e químico, curvamento, solda, estampagem, usinagem, entre outros processos. Desenvolve também sistemas de exaustão para montadoras de veículos no Brasil. Entre os principais produtos destacam-se: coletores de exaustão, conversores catalíticos, filtros de material particulado, silenciosos e sistemas de pós-tratamento para atender a norma Proconve P7 (Euro 5). Além disso, a TUPER também produz escapamentos, catalisadores e ponteiras para o mercado automotivo de reposição, atendendo aos mais variados modelos de veículos.

Óleo e gás e Infraestrutura - Com uma fábrica altamente moderna, considerada benchmarking mundial em tecnologia, a TUPER é a única empresa de capital 100% nacional entre as grandes fabricantes instaladas no Brasil a produzir tubos de aço API (American Petroleum Institute), entre eles os tubos Line Pipe API 5L e tubos Casing API 5CT soldados pelo processo High Frequency Induction Welding (HFIW). Além destes itens, outras soluções TUPER atendem aos clientes destes segmentos, como tubos e perfis estruturais, tubos industriais, eletrodutos e tubos para andaime.

Industrial - A TUPER fabrica tubos de aço carbono com solda longitudinal em diversos perfis, bitolas e materiais, para aplicações industriais e estruturais. Atende diferentes segmentos de mercado, como o de máquinas e equipamentos, indústria sucroalcooleira, implementos agrícolas e rodoviários, entre outros.

2. Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto de demonstração, por não existir diferença das demonstrações financeiras individuais e consolidadas entre o patrimônio líquido e resultados atribuíveis aos acionistas da controladora.

As demonstrações financeiras individuais, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (incluindo os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs). As demonstrações financeiras consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (incluindo os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs) e normas internacionais de relatórios financeiros - IFRS. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

2.1 Bases para preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2015.

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais (Controladora)

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em 2014, com a emissão do Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC").

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da TUPER S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, apresentadas a seguir:

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

2.2 Base de consolidação - continuação

Razão social	País Sede	Relação	% de participação	
			31/12/2014	31/12/2013
TUPER Distribuidora de Autopeças S.A. – DF	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
TUPER Distribuidora de Autopeças S.A. – RS	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
TUPER Distribuidora de Autopeças S.A. – SC	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
TUPER Distribuidora de Autopeças S.A. – MG	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
TUPER Distribuidora Prod. Metal S.A. – DF	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
TUPER Distribuidora de Escapamentos S.A – SP	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
TUPER Distribuidora de Autopeças S.A. – MT	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
TUPER Comercial S.A. – SP	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
TUPER Soluções Construtivas S.A. – MT	Brasil	Direta	100,00%	100,00%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pela CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem os seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:
 - I. Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
 - II. Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

2.2 Base de consolidação-continuação

- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.
- O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício.
- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

2.3 Investimentos nas demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.4 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em reais (R\$), moeda funcional da Companhia, definida por esta devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

2.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. O Grupo determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

2.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente – Continuação

Passivos financeiros

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratual.

2.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

2.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Continuação

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para impairment.

2.8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos da data do investimento.

2.9 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e pela provisão para perdas, quando necessário.

2.10 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

2.11 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio. As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a Companhia e suas controladas também mensuram, somente para efeitos de divulgação, tais propriedades pelo método de valor justo.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

2.12 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo método do custo deduzido da respectiva depreciação e perdas por impairment, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções que não geram aumento no benefício econômico futuro, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

2.13 Intangível

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível" nas Demonstrações Financeiras. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Desenvolvimento de projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos são capitalizados se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período do benefício econômico futuro.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

2.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Debêntures

As debêntures emitidas foram registradas pelo seu valor líquido recebido, deduzidos os custos com transações utilizadas na captação dos recursos, sendo que os custos serão amortizados e os encargos financeiros reconhecidos como despesas financeiras no resultado durante o período de vigência das debêntures.

Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto. Quando não atendido esses critérios a Companhia classifica seus arrendamentos mercantis como operacional.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis – Continuação

2.16 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17 Imposto de Renda e Contribuição Social

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o Lucro Tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a despesa de imposto de renda e contribuição social é impactada pela adoção, em diversas das controladas, do sistema de apuração com base no lucro presumido, conforme legislação fiscal Brasileira.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis – Continuação

2.18 Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.19 Reconhecimento da receita de vendas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos e serviços

A receita de venda de mercadoria é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua realização.

2.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e em seus respectivos atos societário. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

Alguns pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis tornaram-se aplicáveis pela primeira vez no exercício de 2014. A Administração da Companhia avaliou tais normas e concluiu que tais normas e orientações não afetaram significativamente os saldos registrados pela Companhia, todavia podem ter requerido divulgações adicionais, feitas nas respectivas notas explicativas.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis – Continuação

2.22 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2014

As normas e interpretações emitidas relevantes em relação à Companhia, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas, o que ocorrerá quando o CPC regulamentar a aplicação destas normas no âmbito das práticas contábeis adotadas no Brasil.

IFRS 9	<u>Instrumentos financeiros</u> A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada.
IAS 39	<u>Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado</u> A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos.
IFRS 15	<u>Receitas de contratos com clientes</u> Emitida em maio de 2014 estabelece um novo modelo de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. A nova norma é uma abordagem mais estruturada e para a mensuração da receita e substituirá todas as atuais exigências nos termos atuais das IFRS.

Não se espera que essas alterações causem impacto significativo sobre a posição financeira e desempenho da Companhia. Há outras normas e interpretações emitidas e que ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras, mas que não são aplicáveis à Companhia.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis - continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Constituição de provisão para perdas nos estoques.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo
- **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros se aproximam aos valores contábeis.
- **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas também estão expostas ao risco de taxa de câmbio nas operações de captação de recursos indexadas a moeda estrangeira. Para reduzir esse risco, a administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros - continuação

Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	30	22	30	22
Bancos conta movimento	3.696	10.813	5.964	12.384
Aplicações financeiras	31.948	32.794	32.172	36.582
Total de caixa e equivalentes	35.674	43.629	38.166	48.988
Aplicações financeiras	17.497	13.783	17.497	13.783
Total de aplicações financeiras	17.497	13.783	17.497	13.783

Em 31 de dezembro de 2014 as aplicações financeiras são, substancialmente, representadas por CDBs remunerados por taxas de 97,5% a 106% do CDI (85% a 102% do CDI em 31 de dezembro de 2013). Tais taxas podem ter referência diária ou mensal, dependendo a característica da aplicação na instituição financeira.

Em regra geral, as aplicações financeiras relacionadas no grupo de caixa e equivalentes de caixa possuem liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perda significativa de rendimentos. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresenta um saldo de R\$ 31.556 (controladora) e R\$ 31.778 (consolidado) em aplicações financeiras classificadas como equivalente de caixa, cujo resgate está associado a liberação de garantias junto a empréstimos. Estas aplicações financeiras possuem disponibilidade de resgate em período inferior a 3 (três) meses e sem perda significativa de valor.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – continuação

O saldo classificado no longo prazo refere-se a aplicações financeiras com vencimento em 2017, tendo como finalidade o cumprimento de garantia junto a contrato firmado com instituição financeira.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber clientes	170.390	195.334	192.592	226.559
Contas a receber partes relacionadas (nota 17.a)	8.737	12.647	-	-
Contas a receber de clientes	179.127	207.981	192.592	226.559
Ajuste a valor presente	(1.514)	(1.316)	(1.696)	(1.527)
Venda para entrega futura	(165)	(715)	(231)	(715)
Cambiais disponíveis para fechamento	-	(2.502)	-	(2.502)
Provisão para perdas	(9.523)	(11.928)	(11.331)	(14.511)
Total do contas a receber	167.925	191.520	179.334	207.304
Aging-list contas a receber de clientes	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Vencidos há mais de 365 dias	9.178	11.970	10.866	13.228
Vencidos até 365 dias	8.866	16.857	9.960	19.352
A vencer em até 90 dias	155.702	175.576	166.252	189.904
A vencer entre 90 e 180 dias	3.519	3.274	3.651	3.740
A vencer acima de 180 dias	1.862	304	1.863	335
Contas a receber de clientes	179.127	207.981	192.592	226.559
Movimentação da provisão para perdas	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo anterior	(11.928)	(10.739)	(14.511)	(13.069)
Reversão de provisão	1.066	818	1.325	917
Baixas de provisão	7.294	3.658	8.362	4.104
Constituição de provisão	(5.955)	(5.665)	(6.507)	(6.463)
Saldo provisão para perdas	(9.523)	(11.928)	(11.331)	(14.511)

Em 31 de dezembro de 2014 os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por contas a receber de clientes, no valor de R\$ 140.499.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados	47.852	39.441	48.474	41.513
Produtos em elaboração	22.909	20.275	22.909	20.275
Matérias primas	47.024	76.969	47.079	76.951
Material em poder de terceiros	9.461	11.191	9.469	11.231
Produtos para revenda	5.311	6.074	9.247	12.215
Almoxarifado	9.619	7.935	9.662	7.990
Outros estoques	1.830	3.734	1.829	3.734
Provisão para estoque obsoleto	(780)	(388)	(780)	(388)
Total dos estoques	143.226	165.231	147.889	173.521

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Movimentação da provisão para estoque obsoleto				
Saldo anterior	(388)	(388)	(388)	(388)
Constituição de provisão	(392)	-	(392)	-
Saldo provisão para estoques obsoleto	(780)	(388)	(780)	(388)

Em 31 de dezembro de 2014 os empréstimos e financiamentos bancários da controladora estão garantidos por estoques, estimados em R\$ 140.425.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ICMS	41.087	27.521	42.514	28.948
ICMS (Imobilizado)	1.832	3.003	1.835	3.006
ICMS ST a restituir	2.784	-	2.807	-
IPI	6.848	11.892	6.857	11.892
PIS/COFINS a recuperar	5.331	848	5.445	852
PIS/COFINS a recuperar (Imob)	851	1.592	851	1.592
INSS a compensar	5.933	3.590	5.933	3.590
Imposto de renda retido	1.745	498	1.756	506
Contribuições sociais retidas	368	391	369	392
Outros impostos a recuperar	3.466	5.568	3.619	5.703
Total de impostos a recuperar	70.245	54.903	71.986	56.481
Parcela circulante	60.610	46.947	62.348	48.521
Parcela não circulante	9.635	7.956	9.638	7.960

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Investimentos em controladas

Nome	País	% de participação		Patrimônio líquido		Resultado		Equivalência patrimonial		Valor patrimonial do investimento		Provisão para passivo a descoberto	
		31/12/2014	31/12/2013	12/2014	12/2013	12/2014	12/2013	12/2014	12/2013	12/2014	12/2013	12/2014	12/2013
TUPER Distr.de Autopeças S.A. -DF	Brasil	100,00%	100,00%	120	120	3.593	2.205	3.593	2.205	120	120	-	-
TUPER Distr.de Autopeças S.A. -RS	Brasil	100,00%	100,00%	60	60	5.999	6.803	5.999	6.803	60	60	-	-
TUPER Distr.de Autopeças S.A. -SC	Brasil	100,00%	100,00%	60	60	6.018	5.194	6.018	5.194	60	60	-	-
TUPER Distr.de Autopeças S.A. -MG	Brasil	100,00%	100,00%	60	60	7.310	6.712	7.310	6.712	60	60	-	-
TUPER Distr. Prod. Metal S.A. - DF	Brasil	100,00%	100,00%	72	72	3.561	4.753	3.561	4.753	72	72	-	-
TUPER Distr. de Escap. S.A – SP	Brasil	100,00%	100,00%	320	120	6.286	4.244	6.286	4.244	320	120	-	-
TUPER Distr.de Autopeças S.A. -MT	Brasil	100,00%	100,00%	60	60	4.861	3.927	4.861	3.927	60	60	-	-
TUPER Comercial S.A. - SP	Brasil	100,00%	100,00%	(1.459)	(1.550)	92	1.230	92	1.230	-	-	(1.459)	(1.550)
TUPER Soluções Constr. S.A. - MT	Brasil	100,00%	100,00%	60	60	660	602	660	602	60	60	-	-
				(647)	(938)	38.380	35.670	38.380	35.670	812	612	(1.459)	(1.550)

Por política interna, os lucros apresentados pelas empresas controladas, no momento de sua apuração, são distribuídos diretamente para a Controladora TUPER S.A., observando-se a constituição da reserva legal. Desta forma o patrimônio líquido dessas controladas não apresentam movimentação patrimonial relativamente ao lucro auferido no período. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo de dividendo a receber totaliza R\$16.247 (R\$22.393 em 2013).

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Propriedades para investimento

A Companhia mantém classificado, como Propriedades para Investimento, terrenos e edificações, que não estão em uso pela mesma, como também sem operação e com utilização ainda indeterminada. Essas propriedades estão registradas ao custo e apresentaram a seguinte movimentação.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.646	4.646
Adições	4	4
Transferências para imobilizado	(1.353)	(1.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.297	3.297
Adições	-	178
Transferências do imobilizado	2.345	2.345
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.642	5.820

Em 31 de dezembro de 2014 o valor de custo, apresentado acima, assemelha-se ao valor justo

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***11. Imobilizado**

	Controladora											Total
	Terrenos	Edifícios Benfeitorias	Máquinas Equipam.	Instalações	Ferra- mentas	Matrizes	Compu- tadores	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizado Andamento	Outros	
Vida útil estimada (em anos)	-	25 a 50	3 a 40	10	3 a 10	2 a 25	5 a 10	10	2 a 5	-	-	
Saldo em 31/12/2012	21.084	84.729	256.790	21.306	3.834	27.203	3.818	1.949	1.053	33.708	4	455.478
Adições	-	10.640	11.264	1.485	29	5.932	2.380	553	-	5.475	-	37.758
Baixas	-	-	(110)	-	(9)	-	(18)	(13)	(40)	(52)	-	(242)
Transferências	-	11.852	(278)	11.784	(2.492)	3.110	829	3.329	7	(28.141)	-	-
Transf. para intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(708)	-	(708)
Transf. de investimento	1.353	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.353
Depreciação	-	(2.705)	(12.068)	(3.654)	(268)	(2.004)	(966)	(496)	(92)	-	-	(22.253)
Saldo em 31/12/2013	22.437	104.516	255.598	30.921	1.094	34.241	6.043	5.322	928	10.282	4	471.386
Adições	293	12.907	4.273	686	55	2.634	1.183	443	22	8.957	-	31.453
Baixas	-	-	(99)	-	(6)	-	(106)	(27)	(11)	(17)	(4)	(270)
Transferências	-	669	2.705	681	(31)	2.081	176	76	-	(6.357)	-	-
Transf. para intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(180)	-	(180)
Transf. para investimento	(2.345)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.345)
Depreciação	-	(2.467)	(11.536)	(4.116)	(223)	(2.599)	(1.262)	(560)	(21)	-	-	(22.784)
Saldo em 31/12/2014	20.385	115.625	250.941	28.172	889	36.357	6.034	5.254	918	12.685	-	477.260

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***11. Imobilizado - continuação**

	Consolidado											Total
	Terrenos	Edifícios Benfeitorias	Máquinas Equipam.	Instalações	Ferrament.	Matrizes	Comput.	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizado Andamento	Outros	
Vida útil estimada (em anos)	-	25 a 50	3 a 40	10	3 a 10	2 a 25	5 a 10	10	2 a 5	-	-	
Saldo em 31/12/2012	21.084	85.112	257.226	21.687	3.833	27.203	4.127	2.696	1.112	33.762	4	457.846
Adições	-	10.636	11.276	1.508	29	5.932	2.480	679	21	5.476	-	38.037
Baixas	-	-	(111)	(8)	(9)	-	(32)	(38)	(48)	(68)	-	(314)
Transferências	-	11.852	(280)	11.784	(2.490)	3.110	835	3.323	7	(28.141)	-	-
Transferência para intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(708)	-	(708)
Transf. de investimentos	1.353	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.353
Depreciação	-	(2.723)	(12.091)	(3.736)	(268)	(2.004)	(1.087)	(592)	(117)	-	-	(22.618)
Saldo em 31/12/2013	22.437	104.877	256.020	31.235	1.095	34.241	6.323	6.068	975	10.321	4	473.596
Adições	293	12.907	4.275	687	57	2.634	1.320	468	55	8.958	-	31.654
Baixas	-	(198)	(202)	(60)	(8)	-	(153)	(118)	(35)	(17)	(4)	(795)
Transferências	-	648	2.666	529	(28)	2.081	257	205	-	(6.358)	-	-
Transferência para intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(180)	-	(180)
Transf. para investimentos	(2.345)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.345)
Depreciação	-	(2.479)	(11.550)	(4.186)	(223)	(2.599)	(1.376)	(668)	(42)	-	-	(23.123)
Saldo em 31/12/2014	20.385	115.755	251.209	28.205	893	36.357	6.371	5.955	953	12.724	-	478.807

Em 31/12/2014 os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos no montante de aproximadamente R\$ 410.081.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***12. Intangível**

	Controladora						
	Ágio	Patentes	Softwares	Desenv. novos produtos	Intangível andamento	Outros	Total
Vida útil estimada (em anos)	-	-	5 a 20	5 a 10	-	-	
Saldo em 31/12/2012	132.415	76	3.610	22.550	1.003	94	159.748
Adições	-	-	439	2.782	51	-	3.272
Baixas	-	-	(47)	-	-	-	(47)
Transferências	-	-	1.713	-	(1.713)	-	-
Transferências do imobilizado	-	-	-	-	708	-	708
Amortização	-	-	(1.134)	(2.103)	-	-	(3.237)
Saldo em 31/12/2013	132.415	76	4.581	23.229	49	94	160.444
Adições	-	-	805	4.304	-	-	5.109
Transferências do imobilizado	-	-	180	-	-	-	180
Amortização	-	-	(1.426)	(2.592)	-	-	(4.018)
Saldo em 31/12/2014	132.415	76	4.140	24.941	49	94	161.715

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Intangível - continuação

	Consolidado						
	Ágio	Patentes	Softwares	Desenv. novos produtos	Intangível Andamento	Outros	Total
Vida útil estimada (em anos)	-	-	5 a 20	-	-	-	
Saldo em 31/12/2012	132.415	76	3.663	15.380	7.153	1.116	159.803
Adições	-	-	441	2.782	52	-	3.275
Baixas	-	-	(54)	-	-	-	(54)
Transferências	-	-	1.716	7.170	(7.864)	(1.022)	-
Transferências do imobilizado	-	-	-	-	708	-	708
Amortização	-	-	(1.148)	(2.103)	-	-	(3.251)
Saldo em 31/12/2013	132.415	76	4.618	23.229	49	94	160.481
Adições	-	-	805	4.304	-	-	5.109
Baixas	-	-	(15)	-	-	-	(15)
Transferências do imobilizado	-	-	180	-	-	-	180
Amortização	-	-	(1.436)	(2.592)	-	-	(4.028)
Saldo em 31/12/2014	132.415	76	4.152	24.941	49	94	161.727

Em 25 de novembro de 2008 a Companhia registrou no ativo intangível um ágio no valor de R\$ 132.415, resultante do processo de aquisição da empresa Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda., que posteriormente teve seu nome empresarial alterado para TUPER Tecnologia e Energia Ltda., a qual em 30 de novembro de 2012 foi incorporada pela Controladora. Periodicamente a Companhia realiza testes de recuperação desse ágio, tendo por base o plano de negócios futuro daquela empresa. Em 31/12/2014 a Administração entende não ser necessário o registro de qualquer provisão para desvalorização desse ativo.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores mercado interno	194.613	204.304	195.418	205.361
Fornecedores mercado externo	6.378	13.312	6.378	13.312
Contas a pagar a empresas ligadas (nota 17.a)	8	62	-	-
Ajuste a valor presente	(1.282)	(1.058)	(1.327)	(1.136)
Parcela de Fornecedores	199.717	216.620	200.469	217.537

Aging-list de fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Vencidos	1.309	14	1.310	14
A Vencer em até 90 dias	198.860	216.880	199.656	217.844
A Vencer entre 90 e 180 dias	504	285	504	307
A Vencer acima de 180 dias	326	499	326	508
Contas a pagar a fornecedores (sem AVP)	200.999	217.678	201.796	218.673

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Capital de giro	218.388	188.362	218.388	188.362
Financiamentos	170.014	183.549	170.014	183.549
Arrendamentos financeiros	2.281	2.392	2.281	2.392
Contratos de Swap	(4.514)	(10.123)	(4.514)	(10.123)
Debêntures	140.434	152.276	140.434	152.276
Custos a amortizar – Debêntures	(2.273)	(4.012)	(2.273)	(4.012)
Total empréstimos e financiamentos	524.330	512.444	524.330	512.444
Parcela circulante	260.519	151.156	260.519	151.156
Parcela não circulante	263.811	361.288	263.811	361.288

Saldo por vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em até 1 ano	260.519	151.156	260.519	151.156
De 1 a 3 anos	201.152	227.858	201.152	227.858
De 3 a 4 anos	40.556	75.918	40.556	75.918
De 4 a 5 anos	16.628	37.629	16.628	37.629
Acima de 5 anos	5.475	19.883	5.475	19.883
	524.330	512.444	524.330	512.444

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Empréstimos e financiamentos - continuação

Saldos por tipo de moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Reais	430.386	405.857	430.386	405.857
Dólares	93.944	106.587	93.944	106.587
	524.330	512.444	524.330	512.444

Taxa média de juros ao ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Capital de giro em moeda nacional	16,21%	12,21%	16,21%	12,21%
Financiamentos em moeda nacional	6,76%	6,73%	6,76%	6,73%
Capital de giro em moeda estrangeira	7,09%	6,38%	7,09%	6,38%
Financiamentos em moeda estrangeira	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Debêntures em moeda nacional	15,81%	13,62%	15,81%	13,62%

Capital de giro

Essa rubrica representa obrigações da Companhia junto a instituições financeiras, em moeda nacional e estrangeira, para atendimento de compromissos assumidos junto a fornecedores e clientes, e aporte no fluxo de caixa financeiro.

Financiamentos

Entre as linhas de financiamento incluem-se os contratos firmados nas modalidades destinadas a investimento em máquinas, edificações e demais ativos imobilizados, dos quais destacam-se os seguintes contratos:

Contrato firmado em 19 de outubro de 2010, o Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., concede à TUPER S.A. através da emissão de 20 (vinte) Cédulas de Crédito à Exportação “CCEs”, recursos correspondentes a U\$\$ 30.000, onde, após o período de carência, prevê amortizações trimestrais, sendo a última parcela em 18 de setembro de 2017. A Companhia está sujeita a algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros apurados trimestralmente.

Contrato firmado em 31 de março de 2011, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES concede a TUPER S.A. crédito destinado à instalação de uma nova unidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos e modernização das instalações industriais. Até 31 de dezembro de 2014 o crédito liberado corresponde a R\$ 60.496, sendo amortizado em parcelas mensais e sucessivas, após período de carência, sendo a última parcela em 15 de outubro de 2019. O contrato prevê algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros que são apurados anualmente no encerramento do exercício.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Empréstimos e financiamentos - continuação

Debêntures

Em 13 de maio de 2013, a Companhia efetuou a distribuição pública da segunda emissão de debêntures simples, nominativa, escritural e não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos no valor de R\$ 150.000. O valor será amortizado em 8 (oito) parcelas semestrais, após período de carência, sendo a primeira parcela em 15 de novembro de 2014 e a última em 15 de maio de 2018. A Companhia está sujeita a algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros apurados semestralmente.

Cláusulas restritivas “Covenants”

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não observou alguns dos “covenants” financeiros estabelecidos na escritura de debêntures, sinalizando evento de vencimento antecipado não automático. No entanto, em 20 de março de 2015 em Assembleia Geral de Debenturistas foi declarado o não vencimento antecipado da segunda emissão de debêntures. Diante disso, a Companhia mantém os saldos registrados no passivo não circulante, conforme previsto originalmente em contrato.

15. Parcelamento tributário

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Parcelamento Refis (Lei 11.941/09)	63.729	71.892	63.729	71.892
Parcelamento Refis (Lei 12.996/14)	1.374	-	1.374	-
Parcelamento ICMS	152	291	295	521
Outros parcelamentos	60	109	61	109
Total de parcelamentos tributários	65.315	72.292	65.459	72.522
Parcela circulante	7.038	6.991	7.120	7.072
Parcela não circulante	58.277	65.301	58.339	65.450

Em conformidade a Lei nº 11.941/09, a Companhia optou em novembro de 2009 pelo parcelamento de débitos tributários junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Em junho de 2011, de acordo com a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011, ocorreu o processamento da consolidação dos parcelamentos, onde foram indicados os débitos a serem parcelados, a quantidade de parcelas e os montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL a serem compensados com os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício, e os juros moratórios. Os pagamentos têm periodicidade mensal e a última parcela vencerá em 31/10/2023.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Parcelamento tributário - Continuação

Em 31 de julho de 2014, como facultado pela Lei nº 12.996/14, a Companhia optou em migrar um dos parcelamentos da Controladora TUPER S.A., estendendo o prazo de pagamento em 180 meses, bem como, amortizou saldo de multa e juros no montante de R\$ 3.530 através de créditos provenientes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL. A Companhia ainda aguarda a consolidação do procedimento pela Receita Federal do Brasil.

16. Provisão para contingências

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Controladora			Total
	Trabalhista (a)	Cível (b)	Tributária (c)	
Em 31 de dezembro de 2012	2.347	2.330	1.837	6.514
Constituição de provisões	176	14	-	190
Reversão de provisões	(919)	(42)	-	(961)
Em 31 de dezembro de 2013	1.604	2.302	1.837	5.743
Constituição de provisões	1.962	2.410	-	4.372
Reversão de provisões	(2.325)	(2.607)	-	(4.932)
Em 31 de dezembro de 2014	1.241	2.105	1.837	5.183
Depósitos judiciais vinculados	(450)	(1.690)	-	(2.140)
Saldo líquido	791	415	1.837	3.043

	Consolidado			Total
	Trabalhista (a)	Cível (b)	Tributária (c)	
Em 31 de dezembro de 2012	2.460	2.331	1.837	6.628
Constituição de provisões	278	18	-	296
Reversão de provisões	(1.086)	(42)	-	(1.128)
Em 31 de dezembro de 2013	1.652	2.307	1.837	5.796
Constituição de provisões	1.989	2.423	-	4.412
Reversão de provisões	(2.357)	(2.613)	-	(4.970)
Em 31 de dezembro de 2014	1.284	2.117	1.837	5.238
Depósitos judiciais vinculados	(465)	(1.697)	-	(2.162)
Saldo líquido	819	420	1.837	3.076

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Provisão para contingências - continuação

Os depósitos judiciais não vinculados às contingências estão no aguardo de alvará de levantamento judicial totalizando R\$ 4.111 (Controladora) e R\$ 4.140 (Consolidado) em 31 de dezembro de 2014.

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

a) Contingências trabalhistas

A Companhia e suas controladas são acionadas em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Tais reclamações, em sua maioria, foram originadas na Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda., em períodos anteriores a aquisição pela TUPER.

b) Contingências cíveis

Correspondem a processos de natureza cível, destaca-se uma causa no valor de R\$ 1.873, garantida com depósito judicial no valor de R\$ 1.667, cuja expectativa é de responsabilidade da TUPER pela indenização no montante citado.

c) Contingências tributárias

A Companhia mantém a provisão para os créditos não confirmados na consolidação do Refis, no valor de R\$ 1.837.

Causas classificadas como “possíveis”:

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas “possíveis”. Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas, ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar a situação dos processos e, mensalmente, o departamento jurídico realiza as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ações trabalhistas	1.525	1.754	2.071	1.849
Ações cíveis	8.662	8.764	8.772	8.789
Ações tributárias	28.654	21.842	29.871	21.842
Total de perdas possíveis	38.841	32.360	40.714	32.480

As ações trabalhistas referem-se a causas com valores individuais atualizados de R\$2 a R\$150. Nas ações cíveis destacam-se algumas causas que totalizam R\$ 1.258 referentes a passivos originados da aquisição em 2008 da Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda. (incorporada pela TUPER) e outra ação indenizatória no montante de R\$ 6.107. As ações tributárias referem-se principalmente as seguintes situações: notificações da Secretaria de Estado da Fazenda, totalizando R\$ 22.890, notificações da Receita Federal no montante de R\$ 5.173 as quais estão sendo discutidas na esfera administrativa e, adicionalmente, ações judiciais envolvendo a Procuradoria da Fazenda Nacional no montante de R\$ 1.807.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Transações entre partes relacionadas

a) Transações registradas na Controladora

Em suas atividades as empresas do Grupo realizam operações entre partes relacionadas que geram direitos e obrigações, oriundas de operações de compra e venda de insumos e produtos, as quais são efetuadas em condições acordadas entre as partes. As operações de mútuo são pactuadas em condições, baseadas em contratos que preveem o recolhimento de IOF, sendo remuneradas à SELIC. Os saldos abaixo apresentados referem-se as operações entre partes relacionadas existentes no balanço patrimonial da controladora.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contas a receber com partes relacionadas (nota 6)	8.737	12.647
Contratos de mútuo a receber no curto prazo	21.189	13.795
Contratos de mútuo a receber no longo prazo	93.989	83.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.400	8.050
Total Ativos com partes relacionadas	126.315	117.992
Contas a pagar com partes relacionadas (nota 13)	8	62
Total Passivos com partes relacionadas	8	62

b) Transações sem eliminação no Consolidado

A companhia mantém contrato de mútuo com sua Controladora TUPER Participações S.A., o qual vem sendo renovado entre as partes, sendo que a parcela que se espera seja liquidada nos próximos 12 meses, encontra-se classificada no Ativo Circulante. A Companhia vem recolhendo mensalmente o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) pelo método de conta corrente.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contrato de mútuo a receber no curto prazo	21.189	13.795
Contrato de mútuo a receber no longo prazo	93.989	83.500
Total Ativos com partes relacionadas	115.178	97.295

c) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2014 a administração do Grupo era composta por 5 membros do Conselho de Administração e 4 Diretores Estatutários (mesma estrutura em 31/12/2013). O total da despesa com remuneração e participação nos resultados a esses profissionais no exercício de 2014 foi R\$ 4.986 (R\$ 4.359 em 2013).

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Patrimônio líquido

- a) Capital social
O capital social, pertencente a acionistas, todos domiciliados no País, é de R\$ 150.000, dividido em 234.092 ações (234.092 em 31 de dezembro de 2013) ordinárias nominativas. Em 27 de março de 2014 foi aprovado em assembleia geral ordinária e extraordinária o aumento de capital em R\$ 49.189 através do saldo de reserva de lucros sem emissão de novas ações, assim, o capital social passou de R\$ 100.811 para R\$ 150.000.
- b) Reserva de capital
Constituída para incorporar o capital, em 31 de dezembro de 2014 representa o montante de R\$ 126.414, mesmo valor em 31 de dezembro de 2013.
- c) Reserva legal
Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresenta reserva legal que totaliza R\$ 10.049 (R\$ 9.979 em 31 de dezembro de 2013).
- d) Retenção de lucros
Corresponde ao valor remanescente do lucro líquido do período não destinados, como o excedente dos resultados dos anos anteriores e o do período, ainda não deliberados pela assembleia e totalizam R\$ 57.791 (R\$ 103.485 em 31 de dezembro de 2013). A redução no período deve-se ao aumento de capital deliberado pelos acionistas.
- e) Ajuste de avaliação patrimonial
A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se ao custo atribuído ao ativo imobilizado registrado na data de transição ao IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem. Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014 foi realizado o montante de R\$ 2.492, líquido dos impostos (R\$ 3.250 durante o exercício de 2013), referente ao custo atribuído, contabilizado na conta de Lucros Acumulados, apresentando um saldo de Ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 49.863 (R\$ 52.355 em 2013).
- f) Dividendos pagos e propostos – Controladora
A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra “b” do artigo 36 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 com alterações da lei nº 10.303/01.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Receita de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Venda de produtos	1.368.558	1.480.086	1.447.149	1.560.431
Industrializações por encomenda	236	376	236	376
Venda de resíduos	18.189	21.246	18.194	21.310
Ajuste a valor presente	(17.626)	(14.821)	(19.887)	(16.947)
Receita operacional bruta	1.369.357	1.486.887	1.445.692	1.565.170
Devoluções de vendas	(26.775)	(27.399)	(27.803)	(28.610)
Impostos sobre vendas	(305.585)	(359.239)	(278.652)	(364.005)
Receita de vendas	1.036.997	1.100.249	1.139.237	1.172.555

20. Custos e despesas operacionais por função e natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por função	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custos dos produtos/serviços vendidos	872.883	903.639	904.951	906.137
Despesas com vendas	113.087	108.871	138.631	136.887
Despesas gerais e administrativas	42.199	40.044	43.432	41.874
Total das despesas por função	1.028.169	1.052.554	1.087.014	1.084.898

Despesa por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Matérias primas, e insumos de produção	775.567	810.527	807.635	813.026
Salários e benefícios a empregados	118.703	111.421	126.347	119.455
Depreciação e amortização	26.802	25.490	27.151	25.869
Demais despesas	107.097	105.116	125.881	126.548
Total das despesas por natureza	1.028.169	1.052.554	1.087.014	1.084.898

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras				
Descontos auferidos	372	435	376	438
Variação cambial ativa	36.007	44.464	36.007	44.464
Variação monetária	650	162	650	162
Rendimento de aplicações financeiras	4.183	2.913	4.230	2.953
Juros sobre mútuos	10.991	7.125	10.991	7.125
Juros sobre recebimentos em atraso	2.268	1.072	2.540	1.312
Receita AVP de clientes	17.427	14.325	19.718	16.384
Outras receitas financeiras	-	13	-	13
	71.898	70.509	74.512	72.851
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	(698)	(600)	(702)	(600)
Variação cambial passiva	(34.005)	(46.121)	(34.005)	(46.121)
Variação monetária	(704)	(557)	(704)	(586)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(60.746)	(56.776)	(60.746)	(56.776)
Juros sobre pagamentos em atraso	(834)	(1.618)	(836)	(1.625)
Juros sobre parcelamento de tributos	(4.694)	(4.228)	(4.768)	(4.315)
Despesas com Swap/Hedge	(18.028)	(11.357)	(18.028)	(11.357)
Despesas AVP de fornecedores	(15.378)	(11.592)	(16.415)	(12.559)
Imposto sobre operações financeiras	(2.829)	(2.662)	(2.829)	(2.663)
Outras despesas financeiras	(6.140)	(5.626)	(6.733)	(6.259)
	(144.056)	(141.137)	(145.766)	(142.861)
Resultado financeiro líquido	(72.158)	(70.628)	(71.254)	(70.010)

No segundo trimestre foi alterado o critério de reconhecimento dos descontos comerciais atrelados às aquisições de insumos e matérias-primas, os quais passaram a ser integrados ao custo dos produtos vendidos. Para adequação dos saldos de abertura refletimos a mesma tratativa para a base comparativa.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

- a) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e conciliação com o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(10.933)	8.199	(6.095)	12.800
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	3.717	(2.788)	2.072	(4.352)
Efeito sobre diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	13.049	12.128	-	-
Diferença de alíquota em controladas (Lucro Real x Lucro Presumido)	-	-	9.871	8.137
Redução de parcelamentos fiscais com compensação de prejuízos fiscais e base negativa (Lei nº 12.996/14 / Refis)	(3.530)	-	(3.530)	-
Outros ajustes	(896)	(1.133)	(911)	(179)
IRPJ e CSLL no resultado	12.340	8.207	7.502	3.606
Imposto corrente	-	-	(4.804)	(5.433)
Imposto diferido	12.340	8.207	12.306	9.039

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Imposto de Renda e Contribuição Social – continuação

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Diferença temporária - AVP fornecedores	436	360	436	366
Diferença temporária - AVP clientes	(515)	(447)	(517)	(458)
Diferença temporária - Custo atribuído	24.841	26.097	24.841	26.097
Diferença temporária - Vida útil	20.504	13.648	20.504	13.648
Diferença temporária - Provisões	(3.892)	(3.313)	(3.901)	(3.317)
Prejuízos fiscais e Base Negativa de CSLL	(69.592)	(43.808)	(70.399)	(44.652)
Diferença temporária - Bens reavaliados	558	576	558	577
Diferença temporária - Juros capitaliz. Imob.	13.083	13.655	13.083	13.655
Diferença temporária – Ágio	18.759	9.754	18.760	9.754
Total dos impostos diferido	4.182	16.522	3.365	15.670
Total diferido ativo não circulante (i)	-	-	817	852
Total diferido passivo não circulante	4.182	16.522	4.182	16.522

- i) Algumas controladas apresentam apenas ativos fiscais diferidos, desta forma esta entidade jurídica não possui passivos para serem compensados e apresenta seus impostos diferidos no ativo não circulante.

A Administração prevê que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e das obrigações projetadas. Com relação aos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a administração estima que deverão ser realizados num período de dez anos.

c) Lei 12.973/2014 – extinção do Regime Tributário de Transição (RTT)

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Imposto de Renda e Contribuição Social – continuação

c) Lei 12.973/2014 – extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) – continuação

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e, desta forma, pretende optar pela não antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) no prazo determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

23. Cobertura de seguros

A TUPER trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador.

As apólices de seguro são emitidas apenas em companhias de seguro de primeira linha que possam atender a TUPER nas localidades aonde possuímos operações.

Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Seguro compreensivo	Veículos	Tabela Fipe + VMR 110%	De 01/11/2014 a 01/11/2015
Cobertura básica	Patrimonial	R\$702 milhões	De 13/11/2014 a 13/11/2015
Responsabilidade civil	Danos morais e materiais	R\$35 milhões	De 01/11/2014 a 01/11/2015
Risco coberto	Transportes	R\$1.700 milhões	De 01/11/2014 a 01/11/2015

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Lucro por ação

A Companhia apresenta o mesmo valor do lucro básico e diluído por não possuir ações ordinárias potenciais diluídas:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	1.407	16.406
Média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas (ações)	234.092	234.092
Lucro básico e diluído por ação – em reais	6,01	70,08

A quantidade média ponderada de ações é o número de ações ordinárias totais no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias emitidas durante o período e multiplicado por fator ponderador de tempo. O fator ponderador de tempo é o número de dias que as ações totais estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período.